



## **A CONSTITUIÇÃO DE LUGARES E SEUS CONDICIONANTES ECONÔMICOS E EXTRA-ECONÔMICOS NA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.**

**Leandro Valiati<sup>1</sup>**

**Stefano Florissi<sup>2</sup>**

### **Abstract**

*Este artigo tem por objetivo estudar o processo de formação de territórios praticados, a partir do estabelecimento de equipamentos culturais nos centros urbanos como referência de consumo e práticas culturais, associando lugares e formação de patrimônio cultural. Serão observadas as dinâmicas que determinam o estabelecimento dos equipamentos e bens culturais públicos, a partir de políticas públicas ou ações privadas, as quais podem ser influenciadas a partir das demandas do mercado ou por anseios identitários da população. Essa composição permite um diálogo com o instrumental analítico da economia da cultura, como um recorte da economia urbana, para a construção da análise do valor econômico adjacente ao valor cultural-patrimonial na cidade. Buscar-se-á explicar o objeto a partir de uma revisão dos conceitos de espaço e lugar, tomando como breve exemplo o estabelecimento da avenida Paulista, como centro de valor e consumo cultural, em gradual substituição ou em um arranjo de convivência com o papel típico deste local como centro financeirizado..*

### **1. Introdução**

A tradução prática e inscrição em termos de efeito do que se refere ao processo de intervenção urbana no sentido de construção do patrimônio cultural, passa pelo conceito de enobrecimento, formado em essência pela idéia da tradição e de formação de lugares sócio-espaciais. Quando aqui nos referimos ao processo em si, referimo-nos sobretudo à função do aparelho urbano, sobrepujando a forma consagrada. Soma-se a isto um efeito de adequação do patrimônio às demandas de mercado, inserido no contexto desse processo e

---

<sup>1</sup> Economista, pesquisador e professor em Economia da Cultura (UFRGS). e-mail: l.valiati@terra.com.br

<sup>2</sup> Professor titular do Programa de Pós Graduação em Economia (UFRGS)

que pode formar lugares de exclusão sócio-econômica e afirmação de poder social em espaços públicos.

Em termos gerais, de acordo com Leite (2005), o que se revela neste tipo de intervenção urbana tem diversas e ricas facetas, tais como: como se dá a realocização da tradição para legitimar uma nova centralidade cultural; como se articulam os grupos políticos diferentes em torno de um mesmo projeto para formar uma “cidade moderna”; como os antigos moradores tornam-se protagonistas ou coadjuvantes de acordo com o sentido das práticas de preservação do patrimônio; como alguns locais de vida cotidiana são transformados em espaços de espetáculo; como se dá a conversão do patrimônio em relíquia apropriada como mercadoria cultural; como se articulam Estado e iniciativa privada para viabilizar as intervenções e, ainda, como essas formas de intervenção urbana podem influenciar nas políticas de tombamento.

Neste trabalho, o que nos parece mais apropriado considerar, é a forma pela qual através de uma série de intervenções urbanas - públicas ou privadas – um espaço constituído como centralidade do poder financeiro (em geral núcleos de poder instaurado em pontos que evidenciam o grande capital, por assim dizer) pode abrir espaço para a materialização de ambientes propícios a alguns fenômenos típicos de apropriação cultural, quais sejam: a conversão de bens culturais em patrimônio histórico; o arranjo formado pela distribuição do consumo cultural entre os novos e antigos moradores; a retomada da centralidade de um espaço antes tipicamente financeirizado a partir da consagração como ambiente de práticas culturais; a relação dos centros culturais instalados com a classe que é atraída pelo entorno dos mesmos para a fixação de residência, e, por fim, a relação de transformação de um ambiente em perspectiva da utilização e apropriação do espaço pela dinâmica da transição (e/ou justaposição) centro financeiro-centro cultural.

A primeira observação sobre a motivação deste artigo é considerar a existência de um arranjo peculiar entre o dito valor cultural e a formação de valor econômico e capital, em um mesmo lugar enquanto espaço praticado (Certeau, 1994). Ainda, no que toca às demarcações físicas e simbólicas do espaço, os conceitos de lugar e não-lugar se inter-relacionam diacrônicamente, conforme construção de Auge (1994, pg. 74): “...o lugar e não-lugar são construções fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza completamente...”. Forma-se aqui então um referente motivador

para este estudo, qual seja, de que forma as implicações sócio-econômicas do processo de revitalização de centros a partir da instalação de aparelhos culturais urbanos prestam-se a propiciar um sentido público à apropriação deste espaço, e ainda, qual o papel da exploração econômica destes espaços antes enraizados como primordialmente financeirizados, agora em perspectiva do consumo cultural .

Logo, o objeto central deste trabalho será identificar de que forma as intervenções urbanas de formação de aparelhos culturais - tomadas como ações advindas de políticas públicas, com ou sem participação da iniciativa privada - alteraram ao longo da história recente as práticas de apropriação do espaço nas zonas urbanas consideradas (centro de Porto Alegre a Avenida Paulista), assim como quais foram os reflexos em perspectiva da formação de valor econômico e cultural e as interações entre os mesmos. Interações estas, em uma dinâmica de aproximação e afastamento, no que toca ao sistema de trocas de economia urbana, assim como às dinâmicas de valorização mobiliária e “financeirização” (do patrimônio histórico), além do sistema de conversão de valor cultural em mercadoria.

Neste sentido, para Canclini (1997, p. 202): “Toda operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma metalinguagem, não faz com que as coisas falem, mas fala dela e sobre elas”. Assim, a tônica deste trabalho inclui também a observação da formação de algumas formas de pertencimento a partir de políticas públicas direcionadas em perspectiva de objetivos sociais e políticos específicos, tendo em vista a administração histórica dos espaços e intenções que orientam certas formas de pensar e articular o urbano.

Este expediente só pode ter êxito se amparado em viés fortemente multidisciplinar, associando estudos históricos (formação histórica do objeto), prospecção sócio-antropológica (conceitos de espaço, lugar e apropriação de valores), teoria cultural (definição, recorte e construção referencial do que se delimita como valor cultural), economia urbana (valoração imobiliária, trocas e formação do mercado cultural), além do urbanismo como pano de fundo, dado que as articulações aqui estudadas são todas fruto de um processo de planejamento e intervenção urbana.

Para conferir objetividade à pesquisa a ser empreendida, como estudo de caso, serão tomados como referenciais marcos identificáveis dos processos de intervenção urbana do poder público de São Paulo, com o intuito de formação de patrimônio cultural e os

efeitos do ponto de vista de ocupação de espaços econômicos e consumo cultural, com influências sobre a centralidade conferida aos objetos de estudo.

O foco desta discussão apontará para, a partir do estudo multidisciplinar dos conceitos e interações entre valor econômico e valor cultural no processo de formação de lugares e patrimônio, identificando como essas informações podem ser utilizadas na ação pública. Mais especificamente, na problemática do foco da gestão pública dentro do tecido cultural urbano. Isto envolve a opção pelo investimento na preservação e criação de valor cultural e econômico (particularmente no que toca à exploração comercial sensata e não-excludente, com manutenção de valores históricos-culturais), sob a perspectiva da maior geração de bem-estar urbano possível a partir de políticas públicas de investimento direto ou incentivado, que propiciem uma alocação urbana ideal do bem cultural.

## **2. Lugar e Patrimônio Cultural: identidades, formas sociais e de mercado na apropriação do espaço**

Os lugares, por definição, são formados pelas práticas e representações típicas daqueles que se apropriam e interagem no espaço que o constitui. Em certas situações, as políticas públicas oficiais para a cultura vão de encontro a práticas sociais que formam o nexo de identidade associado ao uso destes referidos lugares. Como exemplo clássico disto, figuram as políticas de patrimonialização, as quais pretendem reformular os citados nexos de tradição para a vida social. Este processo, por sua vez, contribui para a legitimação dos referentes culturais que virão a orientar o sentido de pertencimento de um grupo social.

O Patrimônio Cultural, assim definido, por um lado pode ser encarado com fruto de um processo de valoração intertemporal, em que fluxos de consumo e ofertas culturais, solidificam-se ao longo de determinado período de tempo, vindo a constituir um fenômeno de alta reprodutibilidade que se consolida enquanto bem coletivo e valorado socialmente; por outro lado, o referido processo de formação do patrimônio pode descolar-se desta manifestação natural no sentido valoração social – enraizamento patrimonial, sendo fruto da elevação, via decisão de governo, à condição de patrimônio. Este processo é responsável

pela indução à formação de diversos tipos de valores, que refletem diretamente nos resultados econômicos (consumo, valorização imobiliária, etc), assim como no estabelecimento de valores culturais específicos.

Neste sentido, para Leite (2005) as políticas de patrimônio cultural têm uma pretensão ontológica no que se refere à vida social, na medida em que podem selecionar bens culturais específicos em detrimento de outros, tornando-os eleitos elementos representativos de uma tradição que agrega atores a uma vida social em comunidade. Ainda, para esse autor, “...se o patrimônio cumpre ou não esta tarefa, é uma questão central para se compreenderem suas relações com as noções de tradição e lugar em uma sociedade secular e mundializada, com fluxos internacionais de pessoas cujos fluxos internacionais de pessoas, capital, signos e informações demarcam não-lugares....”.

A espacialização das relações sociais que objetivam práticas de consumo cultural (material ou não) está fortemente relacionada ao conceito de lugar. Tal conceito possui um tratamento teórico que evidencia certas sutilezas que ora recuperamos de maneira breve. Recuperando a tradição de estudos no que se refere à constituição de lugares antropológicos, para Auge (1994), este termo refere-se a “... construção concreta e simbólica, que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar...”. Este lugar constitui então um elemento de sentido para quem nele habita e contribui para a capacidade interpretativa dos seus observadores, o que encaminha a constituição das características fundamentais associadas aos lugares para autor: pretenderem-se identitários, relacionais e históricos. *Identitário*, pois “nascer é nascer em um lugar” (pg.52), o que é elemento de constituição da identidade; *relacionais*, eis que “em um mesmo lugar “ podem existir elementos distintos e singulares” (pg 53) em uma *configuração instantânea de posições* (Certau, 1994) e *históricos* pois “o habitante do lugar antropológico não faz a história, vive na história” (pg 53). O autor então define o referido lugar a partir de uma certa geometria, consistindo em três formas espaciais simples: a linha, a intersecção das linhas e do ponto de intersecção. Em outras palavras, a linha refere-se ao itinerário (traçado por elas mesmas) que tomam as pessoas ao se conduzirem de um lugar a outro; esses caminhos se cruzam para, basicamente, satisfazer as necessidades individuais em trocas

econômicas<sup>3</sup>, e que, por fim acabam por constituir centros de organização político/religiosas, que delimitam espaços e fronteiras para além das quais os demais tornam-se “outros”.

Para Augé, o conceito típico de lugar antropológico (enquanto meio estável de inteligibilidade da vida social, representativo da *geografia econômica, política e social de um grupo*), resta de certa forma superado na modernidade, tendo em vista a emergência do que é tratado por Castells (1999) como espaços de fluxos, que são constituídos a partir de uma mudança no sentido das configurações espaço-temporais de apropriações concretas destes espaços, implicando em certa substituição dos lugares tradicionais por fluxos, que, no limite sugerem até mesmo uma reinterpretação do próprio conceito de lugar. Esta dimensão indica o aparecimento do *não-lugar*, fenômeno tratado por Augé como, ao contrário do lugar antropológico, um espaço que não seja definido por condições identitárias, relacionais e históricas.

A relação deste referido “lugar de passagem” com o trânsito de pessoas objetivando o consumo e/ou práticas culturais representa um componente importante da configuração urbana dada pelo fluxo nos lugares estudados. Esse fluxo tem diferentes origens: por um lado há aqueles que se deslocam até os aparelhos culturais com o objetivo pré-concebido de consumi-los; por outro lado, há os que os praticam como que houvesse uma intervenção em seu itinerário, praticando o consumo cultura no caminho para o trabalho ou casa, ou ainda que não exista o consumo direto, desfrutando do ambiente (trans) reformado em seu entorno pela oferta de bens culturais. Sem dúvida, este processo é amparado por componentes totalizantes e não-identitários típicos de uma grande avenida da modernidade, todavia não perde seu caráter de “lugar no não-lugar” (Auge, pg.75), eis que lugares e relações podem se reconstituir nessas práticas, passando, de certa forma, por astutas “invenções do cotidiano”.

Esse argumento nos remete à obra de Certeau (1994), a qual contempla o argumento de que o *lugar* é a forma de ordenação que tomam os elementos nas relações coexistentes, indicando uma “configuração instantânea de posições” (pg. 201). Já o *espaço* está relacionado aos movimentos que se desdobram a partir da configuração dada, produzidos como efeito das operações que o orientam (dotados de poder que o circunstancia e

---

<sup>3</sup> Base da apropriação do que, mais tarde, definiremos como bem-estar econômico.

temporaliza) . Segundo o autor, o “espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada”, o que confere às práticas humanas a constituição espaço. Na acepção de Certau (1994), as táticas que promovem uma reinvenção da construção do cotidiano são elementos que formam o lugar, formando assim o conceito de *lugar como espaço praticado*. O sentido de formação dessas práticas é o cotidiano, com suas particularidades e táticas que podem burlar a uniformização de um lugar, subvertendo as formas de consumo de massa determinadas por modelos impostos pela maneira como os lugares se estruturam.

A forma de construção destas práticas, também compõe a desconstrução da típica “cidade-conceito”<sup>4</sup> superada para além da visão panóptica<sup>5</sup>, dado que pequenas práticas de subversão da organização urbanística disciplinar, correspondem a um foco não alcançado diretamente pelas políticas públicas e que poderiam sobremaneira sobreviver à modernidade. Para Certau, tratam-se das “astúcias, muitas vezes minúsculas da disciplina”, que se configuram enquanto procedimentos “multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos” que não se submetem à disciplina sem estarem excluídas do campo onde a referida disciplina é exercida.

De toda forma, é relevante identificar que a análise de Auge, em alguns pontos contrasta com a de Certau, o que não impede eventuais aproximações. Todavia, parece haver condições que determinam o espaço como algo para além do “lugar praticado”, que, dado sua constituição pode superar as demarcações espaciais homogêneas, principalmente em função das nítidas demarcações simbólicas. De acordo com Leite (2005) esses componentes podem, enquanto configuração identitária, atribuir ao lugar as tipificações que, segundo Certau, qualificam o espaço, ou seja: movimento, tempo e trajetória. Dessa forma, poder-se-ia considerar também os lugares como espaços praticados, principalmente em termos simbólicos. Essa definição estaria associada ao que Castells (1999) define como um dos fundamentais caracteres sociedade em rede: os “espaços de fluxos” relacionados aos “espaços de lugares”, o que se aproxima da definição de “não-lugares” antes citada; esse tipo de associação indica a evidente constatação de que, na modernidade, os lugares sociais não estão mais vinculados apenas à condição de arranjos inscritos em fronteiras físicas e simbólicas bem definidas.

---

<sup>4</sup> O espaço-cidade estruturado tal qual os procedimentos que a originaram a cidade.

<sup>5</sup> Estruturas de macro-observação que restam aquém de capturar as táticas cotidianas

Neste sentido, para Santos (2002) cada lugar é, de sua forma, o mundo, dado que em um momento de supressão de fronteiras dadas pela revolução informacional, o cotidiano passa a ter novas dimensões. Assim, ampliam-se as possibilidades quando nos propomos a pensar a relação identitária homem-lugar em caráter de utilização plena dos recursos físicos e simbólicos deste lugar, principalmente ao problematizarmos sobre quais os limites destes recursos.

Analisando dessa maneira a formação do sentido de pertencimento associado aos lugares de consumo e prática cultural, há uma singularidade ao se observar práticas constituídas dos que nele interagem, principalmente ao se constatar que os nexos de identidade (pertencimento) nem sempre são fruto das políticas públicas de cultura, ou ainda, não são abrangidos por elas. Ressalta-se que o objetivo maior das políticas de formação do patrimônio cultural, via de regra, deve passar pela consolidação dos nexos de tradição de uma sociedade. Isso está vinculado ao fluxo de bens e serviços culturais que se consolidam ao reproduzirem-se intertemporalmente, fazendo parte de um passado constantemente reiterado no presente, com o qual as pessoas tendem a se identificar a partir do que Santos (2002) define por dinâmica do lugar, qual seja, “...no lugar, ..., se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, *onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente as noções e as realidades de espaço e tempo*”(grifo nosso). O autor, apropriando-se do conceito sartreano do “prático-inerte”<sup>6</sup>, argumenta que o espaço, considerando suas formas geográficas e sua materialidade configura-se na mais acabada expressão do prático inerte, e complementa sua acepção sobre a identidade dada pelo passado identificando a importância da territorialidade longa sobre a efemeridade das raízes modernas, tendo em vista que “a memória coletiva é apontada como cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e elaboração do futuro”.

Essa categoria de análise permite construir a acepção de que os lugares se constituem a partir das práticas das pessoas que neles interagem e isto tem reflexos importantes nos elementos que condicionam as políticas de patrimônio. O argumento da

---

<sup>6</sup> Expressão criada por Sartre para designar as experiências passadas cristalizadas, sejam elas do indivíduo ou da sociedade como um todo, incorporadas em formas sociais, configurações espaciais e paisagens.

patrimonialização é aqui recorrente pois partimos do princípio de que as políticas de preservação se prestam a elevar determinados bens à categoria de portadores de valor diferencial (cultural e suas forma de associação com o econômico), distinguindo-se de outros bens comuns por definição. Este processo, seja ele fruto de políticas públicas direcionadas ou de um processo de legitimação popular, consagra determinados aparelhos culturais urbanos como bens de mérito portadores de valor cultural, o que, além de retroalimentar o valor conferido, agrega ao referido bem um sem número de potencialidades econômicas típicas da consagração dos valores culturais. Essa dinâmica incorpora o impasse associado ao processo de releitura das tradições típico da modernidade na medida em que o patrimônio formado configura-se em relíquia, como sustenta Leite (2005), dado que as possibilidades culturais de percursos e ocupação destes pontos acabariam por restringir – via possibilidades econômicas – de alguns atores atuarem como sujeitos na busca de transformação desses espaços culturais em lugares.

### **3. Consagração de valores e a apropriação de espaços nos centros urbanos : o caso da Avenida Paulista**

De acordo com Villaça (2001), no terceiro quartel do século XIX, as elites paulistanas encontravam-se espalhadas ao redor do centro<sup>7</sup>, em uma formação típica de cidades pequenas. Ao final do século XIX, as ruas Quinze de Novembro e São Bento eram as principais ruas comerciais de São Paulo, principalmente com o progressivo surgimento das casas comerciais e bancárias, sendo que as ruas Direita e da Imperatriz já ascendiam como locais de nascimento das grandes lojas da época. Ainda, segundo o autor, encaminhando-se para o final do século XIX, fora iniciado o processo de segregação dos estratos de mais alta renda em bairros exclusivos e situados além do vale do Anhangabaú. Paralelamente a este processo bairros como a Glória, Carmo e Liberdade passaram a ser ocupados pelo estrato de mais baixa renda e pela expansão do centro original. Isso provocou inevitáveis efeitos de desaquecimento comercial e desvalorização imobiliária no centro, dado que havia uma grande vinculação desta região com as elites de renda.

---

<sup>7</sup> De acordo com o autor, basicamente na Glória, no Carmo e na Liberdade (ao norte do centro original), na Luz ao sul e em Santa Efigênia a oeste.

Após este processo de migração para Campos Elíseos, Vila Buarque e Santa Cecília, dá-se início à chegada das elites na avenida Paulista, instalada no coração da maior metrópole do Brasil e talvez da América Latina tem papel político, econômico e cultural inegável. No final do século XIX, em meio à agitação das divisas do café e da industrialização, é inaugurada, com projeto do engenheiro uruguaio Joaquim Eugênio de Lima aos moldes das grandes avenidas haussmanianas, sendo logo ocupada pela nascente burguesia paulistana (com casarões objetivando certa distância em relação às centralidades da época). Esse glamour proveniente da imponência do símbolo de modernidade econômica e expressão de novos arranjos sociais, atravessa séculos e instaura-se até os dias de hoje, em que a avenida representa, do alto da topografia paulistana, um centro financeiro em trânsito para outras áreas da cidade e de efervescência cultural.

À época, este processo fora acompanhado de um movimento de pressões por intervenções urbanas que facilitassem o acesso entre os bairros da encosta da avenida paulista e o centro, sendo fruto deste processo o viaduto do Chá e os prolongamentos das ruas Barão de Itapetininga e do Arouche. Assim, o centro principal arrecadava condições para atravessar o vale do Anhangabaú, o que foi dado primeiramente inauguração do Teatro Municipal do “outro lado” do vale e pela inauguração da loja Mappin Stores em frente ao teatro, seguido pela instalação da Biblioteca Municipal. Isto, nada mais é, do que mercado e estado intervindo de forma a consagrar uma área.

Para Villaça (2001), a instauração desta configuração consolidou o processo de bipartição do centro de São Paulo: de um lado, a parte voltada para o sudoeste (além-Anhangabaú) abrigando lojas, profissionais liberais, serviços de diversão, tipicamente voltada direcionados para as classes de alta renda, sendo conhecida como “centro novo”, assim como a extensão da rua Barão de Itapetininga concentrando o comércio, serviços e profissionais que atendiam as elites; de outro lado, a área do Triângulo destinada às classes populares. Fruto deste processo, na década de 50, o centro de São Paulo consolidava esta clara divisão.

A década de 60, como expressa Villaça, reservou uma nova transformação de natureza e estrutura no centro de São Paulo: as elites abandonam o “centro novo”, que se integra ao “centro velho”, sendo ocupado pelas classes populares. A região da avenida Paulista e da rua Augusta consagram-se como o novo centro da cidade, formando para além

de um “novo centro”, um novo tipo de centro, atomizado, expandido e fragmentado, ressaltando sua especialização por pólos de atividades específicas misturadas às áreas residenciais. Especificamente a Paulista com cinemas, escritórios e bancos e a Augusta com butiques. O autor considera esse processo como a semente de um novo tipo de centro que viria a se consolidar em São Paulo, o chamado “centro expandido”, agregando em uma grande extensão hotéis, profissionais liberais, residências, butiques, sedes de grandes empresas e escritórios.

Atualmente, a avenida Paulista contém um processo de intensificação da presença de equipamentos culturais que dividem espaço como centralidades com as instituições financeiras, em franco trânsito para outros pontos do já referido “centro expandido”, tais como os Jardins e à avenida Luis Carlos Berrini. Um primeiro exemplo é a Casa das Rosas<sup>8</sup> é um imóvel localizado na avenida Paulista, datado de 1935, habitado até 1986 quando fora desapropriado pelo governo de São Paulo. Em 1991 converteu-se oficialmente em um espaço cultural batizado de "Casa das Rosas", tendo esse nome em função dos belos jardins ali contidos. A partir de 2004, a Casa se tornou o Espaço Haroldo de Campos de Literatura e Poesia, recebendo a doação do acervo completo de livros e também alguns objetos pessoais do poeta Haroldo de Campos . O espaço ainda oferece eventos culturais, diversos cursos e exposições periódicas, relacionadas à literatura, todos gratuitos e de livre acesso, assim como é o local da primeira biblioteca do país especializada em poesia.



A Casa das Rosas

---

<sup>8</sup> Depoimento de Frederico Barbosa , atual diretor da instituição, ao autor em agosto de 2007.

Seguindo os exemplos de como a avenida Paulista tem se instaurado como centralidade híbrida, em perspectiva da ocupação de espaços sociais por atividades culturais inclusivas que contrasta com a frieza excludente do mundo financeiro, é imperioso citarmos o MASP, inaugurado em 1968, um dos mais importantes espaços de sociabilização cultural do país, é popularmente conhecido pelo prédio de linhas arrojadas que abriga as suas instalações, concebido pela arquiteta Lina Bo Bardi<sup>9</sup>, que para preservar a vista para o centro da cidade (exigido pela municipalidade quando da doação do terreno), a arquiteta idealizou um edifício sustentado por quatro pilares. Essa construção é considerada única por uma particularidade: o corpo principal pousado sobre quatro pilares laterais com um vão livre de 74 metros. Esse espaço livre é apropriado por estudantes, transeuntes, grupos de teatro, manifestação, ou mesma a quem para e dá-se ao olhar da bela vista do centro da cidade



O MASP

Voltando um pouco na história, mais precisamente em 1892, quando da inauguração efetiva da avenida paulista, projeto do francês Paul Villion, foi aberto o parque do Trianon. Em 1924<sup>10</sup> o parque foi doado à prefeitura e atualmente possui em seu interior, além da única reserva remanescente de mata atlântica da região, outros atrativos, tais com um

---

<sup>9</sup> Wikipedia, consulta em 20.08.07

<sup>10</sup> Wikipedia, consulta em 21.08.07

viveiro de aves, fontes, chafarizes, locais de recreação infantil, sanitários públicos e centros administrativos, tornando-se um refúgio de lazer e descanso no meio da agitação inerente à Avenida Paulista.



Parque do Trianon

## 5. Conclusão

A literatura econômica identifica o capital cultural como um estoque de ativos culturais que intertemporalmente dão origem a serviços culturais, tendo como exemplo principal o patrimônio cultural. Este, é definido a partir dos ativos culturais tangíveis e intangíveis herdados das gerações anteriores e que, se conservados, serão passados às seguintes (Throsby, 2001). Nesse sentido, tendo em vista sua reprodutibilidade, sistematizam-se três medidas de atividades culturais: o fluxo (atividades com início e fim determinados), o estoque (atividades que elevam-se à condição de permanentes, tendo em vista que são fruto de fluxos reiterados) e o patrimônio (estoque com valorização intertemporal).

Ao caracterizar patrimônio cultural a partir de forma puramente econômica, coloca-se a questão de valoração em uma perspectiva das formas de capital cultural já dotadas de valor econômico pela disposição de sacrifício da população em mantê-las e financiá-las. Dessa forma corre-se o risco de identificar um aumento de bem-estar apenas na produção de obras de valor econômico já consolidado.

De outro modo, se houver vinculação de algum fazer cultural a determinado entorno e a apropriação do mesmo por uma comunidade (a partir do sentimento de pertencimento),

será possível identificar valor nesta relação, ainda que não necessariamente em perspectiva de apreciação econômica. Para Meira (2007), qualquer ambiente construído na cidade acaba por se constituir em um tipo de patrimônio (acumulação de trabalho e capital), contudo, nem todas essas formas de inversão são objeto de atribuição de significado pela população por serem dotadas de valor que extrapolam sua materialidade.

Neste sentido, de acordo com Choay (2001), o patrimônio histórico “...designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos...”. Esta abordagem, denota uma outra forma material do patrimônio avançando ao precípuo conceito etnológico do “bem de herança”.

Ainda, de acordo com Pesavento (2002), a chamada “cidade sensível” é formada pelo componente imaginário que atribui sentido e valor às formas materiais produzidas na cidade. Ainda, para a autora “...é por este processo mental de abordagem que transformamos o espaço em lugar, que passamos a considerar uma cidade como metrópole, que criamos as categorias de cidadão e excluído para expressar as diferenças visíveis no urbano, que falamos de progresso ou de atraso, que construímos a noção de patrimônio e instauramos ações de preservação ...” . Sobretudo, a constituição do patrimônio histórico-cultural é dada pela conversão do espaço urbano em valor, a partir das relações sociais vinculadas a estas manifestações, conforme descrito por Pesavento (2002): “...cidade é, ainda, sociabilidade. É construção de um ethos, que implica na atribuição de valores ao que se convencionou chamar de urbano, é produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social, e que os representam...”.

Dado o exposto, é factível que o encontro entre as duas formas de valoração pode ser convertido em um arranjo ideal entre uso econômico e manutenção e constituição de valor cultural, em um processo de formação de arranjos culturais urbanos que valorizem a cidade (diminuindo a criminalidade pela ocupação de espaços e acréscimo cultural, gerando identidade, valorizando formas históricas, conferindo sustentabilidade cultural e aumentando o bem-estar pelo aumento do patrimônio cultural da humanidade) e garantam

o aumento do produto econômico-social (pela geração e renda e emprego, estímulo ao turismo cultural e geração de uma indústria cultural sadia).

Desse modo, o que se coloca em perspectiva é em que medida a formação de lugares de sociabilização e inclusão são fruto do processo que objetiva a exclusiva valorização cultural ou podem ser condicionados pela valorização econômica das áreas em questão. É um tema vasto, pelo que, as questões aqui problematizadas, ao terem êxito em fundamentar estas perguntas que se colocam, já começam a cumprir um bom papel.

### **Referências**

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo. Zouk, 2004.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp. 2001

HEILBRUN, James e GRAY, Charles M. *The Economics of art and culture*. United States: Cambridge University Press, 2001

JACOBS, Jane. *La Economía de las Ciudades*. Ediciones Península. Barcelona, 1975.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. Unicamp. 2004

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Rio de Janeiro. Estudos Históricos, vol. 8, nº 16, 1995, p. 279-290.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. *Memória História e Cidade: lugares no tempo, momentos no espaço*. Uberlândia-MG. ArtCultura, Vol.4, nº 4, p. 23-25. 2002.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade – Visões Literárias do Urbano*. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2002.

PRESTES MAIA, Francisco. *Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930 -> “Duas palavras”, “Introdução”, pp. IX-XI e 1-12.

RASMUSSEN, David W. *Urban Economics*. Harper & Row Publishers. New York. 1973.

THROSBY, David. *Economics and Culture*. Cambridge University Press; 2001. Reino Unido.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In:\_\_\_\_\_. A natureza do espaço, São Paulo: EDUSP, 2002.